



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº _____ 2020

Requer o comparecimento do Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Onyx Lorenzoni, para prestar os devidos esclarecimentos sobre os impedimentos e entraves para o pagamento da Renda básica emergencial em meio à gravíssima crise sanitária que enfrenta o Brasil e, ainda, sobre o recuo do Governo Federal no pagamento antecipado da segunda parcela do auxílio.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 117, inciso II e 219, inciso I, do Regimento Interno, assim como da Resolução da Câmara nº 14/2020, requeremos ao Plenário da Câmara dos Deputados a **convocação** do Ministro da Cidadania, **SR. ONYX LORENZONI**, para prestar esclarecimentos perante esta Casa, por meio de sessão virtual, sobre os impedimentos e entraves, de ordem ilegal e inconstitucional, que enfrenta aqueles que têm direito aos benefícios para receber a Renda básica emergencial, aprovado por este Parlamento, em meio à gravíssima crise sanitária e social que enfrenta o Brasil.

JUSTIFICATIVA

A proposta da Renda básica emergencial aprovada pelo Congresso Nacional, auxílio que varia entre R\$ 600 e R\$ 1200, é fruto da luta da oposição e só foi possível após ampla mobilização da sociedade civil. Inicialmente, o governo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Bolsonaro queria pagar apenas R\$ 200 para alguns poucos trabalhadores brasileiros.

O PSOL tem recebido inúmeras denúncias e queixas. É de amplo conhecimento as queixas da sociedade em relação a morosidade da operacionalização, por parte do governo Bolsonaro, para concretizar a liberação do auxílio emergencial. A Dataprev informa, em nota, que analisou 32 milhões de cadastros entre os dias 7 e 10 de abril referentes ao Grupo 1. Desse total, 15,2 milhões, ou seja, 47,5%, foram considerados elegíveis. Temos, então, 11,6 milhões de cadastros que precisam ainda de revisão, 3,5 milhões que foram classificados como inelegíveis e 1,7 milhão que precisam de processamento adicional.

A falta de uma força tarefa centralizada e de ampla capacidade de alcance produz desinformação na sociedade e torna a operacionalidade do processo mais lento. Mais da metade do número de cadastrados no Grupo 1, cerca de 16,8 milhões de brasileiros, terão que apresentar alguma informação adicional ou então foram recusados sem justificativa – fato que impede a obtenção da renda emergencial em um momento de grave crise sanitária e social.

A liberação da segunda parcela do auxílio emergencial estava inicialmente prevista para 23 de abril. No entanto, ontem (22.04), em nota, o Ministério da Cidadania anunciou que o calendário da segunda parcela agora deve ficar para maio. O cronograma de pagamento da segunda parcela, previsto para começar nesta quinta-feira (23) até quarta-feira (29), só será anunciado em maio, frustrando a expectativa de milhões de brasileiros.

Como o governo pretende resolver a nova fila que se avoluma de trabalhadoras e trabalhadores mais vulneráveis da sociedade que se encontram sem assistência do Estado? Qual será o novo cronograma para conclusão dos pedidos e liberação do auxílio emergencial uma vez que as datas estão vencendo e nenhuma nova informação tem sido colocada para a sociedade que aguarda em



momento de crise sanitária? A lentidão programada do governo expõe a sociedade ao risco. Em busca de soluções para o problema a fila se materializa em agências da Caixa lotadas em todo o Brasil.

Além da demora do processamento dos pedidos, a operacionalidade do aplicativo e site da Caixa também tem dificultado o acesso ao auxílio de quem mais precisa no momento¹. Entre tantas outras reclamações daqueles que têm direito ao benefício, destacamos os problemas sobre a regularidade do CPF; complicações para transferência do dinheiro, mesmo quando aparece que o auxílio emergencial está disponível; negativa de aprovação em situações que a pessoa se enquadra nos requisitos necessários ao programa, sem que haja a devida justificativa; dificuldade no acesso do aplicativo para cadastramento; pessoas cadastradas no CadÚnico que recebem mensagem de que não estão cadastradas; dificuldade de acesso ao aplicativo da Caixa que permite a criação de conta para quem não tem; não recebimento do SMS para validação de cadastro por falta de sinal telefônico. Além disso, o Governo Federal não tem nenhum plano de atuação para que as pessoas em situação de rua tenham acesso ao Benefício.

Destaque-se que a bancada do PSOL apresentou projeto que proíbe o desconto de taxas ou dívidas do valor integral do benefício ao qual o trabalhador tem direito e tira a necessidade de regularização do CPF e obrigatoriedade do documento para os dependentes para receber o auxílio emergencial. A proposta já foi aprovada por esta Câmara dos Deputados e aguarda a sanção presidencial.

É sempre importante lembrar que a fila de pessoas aguardando pelo benefício do Bolsa família saltou de zero, patamar que se encontrava desde 2018, para 1,5 milhão de famílias durante o Governo Bolsonaro. Mais de 3,5 milhões de pessoas, entre elas crianças e idosos, que o próprio Governo reconheceu que

¹ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/22/problemas-comuns-cpf.htm>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

precisam têm direito à ajuda do programa para colocar comida na mesa, mas que tiveram seu direito negado pelo Governo Federal. O Bolsa Família contribuiu para que o país reduzisse a mortalidade infantil por desnutrição em 65% e por diarreia em 53% (estudo divulgado pela ONU e publicado na Lancet Publishing Group). Portanto, negar, deliberadamente, esse programa para milhões de pessoas é condená-las ao risco de morte.

Essa é a face mais perversa do Governo Bolsonaro e mostra um verdadeiro *modus operandi* nos entraves destinados dos recursos destinados aos mais pobres, a exemplo também dos obstáculos criados na concretização da Renda básica emergencial.

A população precisa, com urgência, ter uma explicação sobre os entraves na obtenção do benefício que prejudica milhões de brasileiros e brasileiras que precisam que suas solicitações sejam aprovadas para receber sua única renda durante o período de pandemia.

A lei aprovada pelo Congresso Nacional tem como objetivo viabilizar que trabalhadores tenham condições de manter-se em isolamento durante a pandemia do coronavírus. O Governo Federal não pode utilizar de procedimentos burocráticos e subterfúgios administrativos para negar o pagamento da Renda básica emergencial. É a vida e a dignidade de milhões de brasileiros e brasileiras que estão em jogo.

Por todo o exposto, é urgente que o nomeado Ministro da Cidadania preste os esclarecimentos necessários perante esta Casa e, por isso, requeremos às deputadas e aos deputados a aprovação desta convocação.

Brasília, 22 de abril de 2020.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Fernanda Melchionna
Líder do PSOL na Câmara dos Deputados

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ

Apresentação: 23/04/2020 13:05

REQ n.756/2020

Documento eletrônico assinado por Fernanda Melchionna (PSOL/RJ), através do ponto SDR_56496,
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato
da Mesa n. 80 de 2016.

